



O discurso da insegurança no campo como controle social: a questão agrária em Zero Hora¹

Marília De Nardin BUDÓ²
Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR

RESUMO:

O trabalho tem como objetivo analisar a construção realizada pelo jornal Zero Hora das diversas manifestações do MST no estado do Rio Grande do Sul nos meses de novembro e dezembro de 2006 e janeiro a abril de 2007. Partindo da percepção de que a notícia é uma construção obtida através de inúmeras escolhas, obteve-se como principais resultados que: a) fatos relacionados à questão agrária apenas cumpriram com os critérios de noticiabilidade na medida em que alguma ação do MST estava para ser iniciada ou estava em curso; b) as ações do MST foram noticiadas principalmente quando havia a montagem de um sistema de controle pelos proprietários rurais ou pela polícia, ou um conflito direto ocorria; c) o enquadramento dado a todas as notícias e reportagens foi no sentido da preocupação dos proprietários e sistema de vigilância dos mesmos e da polícia diante das ações dos sem-terra; d) o contexto social das reivindicações esteve ausente; e) a discussão se centrou na questão da ameaça à segurança dos proprietários rurais, identificando os atos dos sem terra como criminalidade.

PALAVRAS-CHAVE: questão agrária; jornalismo; Zero Hora; criminalização; MST

1 O *newsmaking* e a seletividade na construção social das notícias

A partir do referencial teórico do *newsmaking*, e no intuito de identificar a construção da imagem da luta pela terra no estado do Rio Grande do Sul, o trabalho buscou realizar a análise de discurso crítica do jornal Zero Hora, o maior da região, tanto em circulação quanto em tiragem. Ao observar a notícia como o resultado de um processo produtivo no qual estão presentes inumeráveis escolhas, esse paradigma faz frente à noção de objetividade jornalística, no sentido de comprovar a impossibilidade de que um fato seja retratado no jornal exatamente como aconteceu.

As notícias registram as formas literárias e as narrativas utilizadas para enquadrar o acontecimento. A pirâmide invertida, a ênfase dada à resposta às perguntas aparentemente simples: quem? o que? onde? quando?, a necessidade de selecionar, excluir, acentuar diferentes aspectos do acontecimento – processo orientado pelo enquadramento escolhido – são alguns exemplos de como a notícia, dando vida ao acontecimento, constroi o acontecimento e constroi a realidade (TRAQUINA, 2005, p. 174).

A impossibilidade de a notícia refletir a realidade decorre, portanto, da ideia de que a própria realidade é uma construção social, propiciada pelas interações sociais, ou seja, não possui status ontológico. Dessa forma, “a notícia não espelha a realidade, ajuda a construí-la como fenômeno social compartilhado, posto que no processo de descrever um acontecimento a notícia define e dá forma a esse acontecimento” (TUCHMAN, 1983, p. 197-198). Além da seleção dos fatos que deverão transformar-se em notícias, outro processo de escolha se faz presente: o do enquadramento a ser destinado. Ou seja, através de que quadros os acontecimentos serão lidos. Assim, os relatos informativos ajudam a dar forma a uma definição pública do que o mesmo é e do que significa. A definição do marco a partir do qual um fato será relatado pode ser, porém, anterior ao seu próprio

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul e realizado de 26 a 28 de maio de 2011. Texto baseado em alguns dos resultados da pesquisa relatados na dissertação de mestrado intitulada “Da construção social da realidade à reprodução da violência estrutural: os conflitos agrários no jornal” (BUDÓ, 2008).

² Doutoranda em Direito na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora do curso de direito do Centro Universitário Curitiba (UniCuritiba). Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Especialista em pensamento político brasileiro pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Graduada em Direito e em Comunicação Social- Jornalismo pela UFSM.



acontecimento. “O fato se insere muitas vezes em um marco já previsto e preparado para ele e como consequência se interpreta com as explicações mais à mão, que às vezes são as do preconceito. Tende-se a ver então em um fato o que se esperava ou se temia ver” (GOMIS, 1997, p. 69).

A questão das fontes é interessantíssima na medida em que são elas, através do discurso direto narrado entre aspas na notícia, ou indireto, que definirão o acontecimento. Sendo assim, e considerando que a separação entre fato e opinião é considerada o principal meio de lograr credibilidade, uma notícia somente será credível se obtida através de fontes graduadas. Tais fontes geralmente são as institucionais, ou seja, ligadas às instituições formais da sociedade, principalmente aos poderes político e econômico.

Em definitivo, o uso de fontes graduadas que possam ser citadas como pretensões de verdade passa a converter-se em um recurso técnico desenhado para distanciar o repórter dos fenômenos identificados como fatos. As citações de opiniões de outras pessoas são apresentadas para criar uma trama de fatos que mutuamente se validam a si mesmos (TUCHMAN, 1983, p. 108).

Dessa maneira, a definição pública dos acontecimentos é realizada em grande parte das vezes pelas fontes institucionais, ou seja, os representantes de grupos, autoridades, os peritos de suas atividades. A regularidade na utilização de determinadas fontes deve-se ao fato de elas preencherem alguns requisitos importantes para a constância da atividade jornalística. Em primeiro lugar, as fontes que possuem informações contínuas suprem a necessidade de dispor de notícias. Da mesma maneira, a produtividade das fontes, a sua proximidade física, a credibilidade de que dispõem, a garantia das informações que repassam e a sua respeitabilidade são os fatores que determinam a permanência de determinadas fontes nas páginas dos jornais (WOLF, 1994, p. 199). Por não corresponderem às exigências dos procedimentos de produção do jornal, e simultaneamente fazerem parte de grupos pouco poderosos, há fontes, principalmente as não-oficiais, que são sub-representadas nas páginas dos jornais.

E é a partir das fontes que normalmente o enquadramento é realizado, desenvolvendo-se um processo de definição primária centrado nas fontes oficiais.

A definição primária *estabelece o limite* de todas as discussões subsequentes através do seu *enquadramento do problema*. Este enquadramento inicial fornece então critérios segundo os quais todas as contribuições subsequentes serão rotuladas de relevantes para o debate, ou irrelevantes (HALL et. al., 1981, p. 342).

Dessa perspectiva, ocorre uma marginalização do que poderia ser uma percepção diversa sobre o fato construído, ou mesmo oposta à que foi transmitida pelas fontes institucionais. Cria-se o que se pode definir como “auto-censura”, a qual, através das forças do mercado e das normas das práticas noticiosas “podem produzir e manter uma perspectiva tão eficazmente como uma censura formal do Estado” (HERMAN, 1993, p. 215).

De uma maneira geral, é possível afirmar que em função da dispersão da rede informativa, das tipificações que orientam a prática da seleção e enquadramento dos fatos e da questão do profissionalismo, a notícia resultante termina por desempenhar o papel de legitimar a estrutura de poder e classe existentes, sem espaço para os discursos que poderiam opor-se à mesma.



2 A análise crítica do discurso sobre a questão agrária no jornal Zero Hora

O trabalho buscou utilizar como metodologia e também enfoque teórico a Análise Crítica do Discurso a partir da proposta de Teun Van Dijk, a qual busca trabalhar o papel do discurso na manutenção das relações de poder, contrariamente à defesa da neutralidade.

A análise de discurso crítica está

[...] orientada explicitamente para a agenda sociopolítica, para a preocupação em inventariar e apresentar criticamente de que formas os discursos sociais podem contribuir para a reprodução ou mudança das relações de poder, e vem se constituindo hoje como uma área de estudo da linguagem e do discurso dos *media* (PONTE, 2004, p. 130).

Tendo em vista a percepção de que a realidade é socialmente construída, é importante verificar de que forma o discurso auxilia nessa construção e, conseqüentemente, na criação e manutenção de relações de poder, e nas possibilidades de permanência e mudança social. Analisando as especificidades estruturais do discurso jornalístico segundo a vertente crítica da análise do discurso, Teun Van Dijk destaca o processo de produção das notícias, analisando os passos que se dão na fabricação do texto jornalístico. Para ele, “a produção de notícias deve ser analisada principalmente em termos do processamento do texto”, não somente no sentido das fases em que o texto é produzido, mas sim, considerando-se que o texto jornalístico muito frequentemente é produzido a partir de outras formas discursivas, como quando cobre acontecimentos a partir de relatos de outras pessoas ou mesmo quando o próprio acontecimento produz discursos (VAN DIJK, 1990, p. 141). O autor trabalha com cinco estratégias de processamento, a seleção, a reprodução, o resumo, as transformações locais e a reformulação estilística.

A análise a partir dessas estratégias traz uma forma de desocultar posições ideológicas expressas, como, por exemplo, pela escolha da palavra a ser utilizada para denominar determinado fato, como por exemplo, o uso da palavra “‘revolta’ no lugar de ‘distúrbios’ ou em lugar de ‘resistência’” (VAN DIJK, 1990, p. 252). Além disso, a forma verbal passiva por vezes pode ser utilizada para não atribuir diretamente um fato negativo a pessoas ou grupos poderosos.

Van Dijk propõe um estudo da *interface* sociocognitiva entre o texto e os contextos socioeconômicos. “Concretamente, as maneiras nas quais os fabricantes da notícia e os leitores representam efetivamente os acontecimentos informativos, escrevem ou leem os textos jornalísticos, processam diferentes textos fonte ou participam nos fatos de comunicação” (VAN DIJK, 1990, p. 250). Acima de tudo é necessário ressaltar, então, que a língua, para a análise do discurso, não é dotada de transparência. Em sua decodificação, sentidos diversos podem surgir, reforçando valores.

Seguindo a lógica de tal perspectiva teórica, as categorias de análise partem justamente das variáveis do processo produtivo das notícias, dedutíveis a partir de seu resultado final, possibilitando algumas conclusões a respeito da construção de determinada situação de conflito social. As categorias de análise, seguindo a sugestão exposta por Van Dijk (1997, p. 61), com algumas alterações são: a) que enquadramento é dado dentre as editoriais do jornal; b) quem são os atores das notícias (primários



e secundários; ativos e passivos) e fontes; c) que ações se descrevem, sublinham-se ou se ignoram.

Foi selecionado para análise um conjunto de 58 edições do jornal, referentes a todas aquelas que continham notas, notícias ou reportagens que guardavam relação com a questão agrária segundo o enquadramento do próprio jornal, no período de novembro e dezembro de 2006 e janeiro a abril de 2007.

a) Enquadramento

O jornal Zero Hora, assim como a maior parte dos periódicos, centra-se principalmente em fatos ocorridos em regiões urbanizadas. Isso por vários motivos. Em primeiro lugar, a maior parte da população vive nas cidades. Em segundo lugar, a rede de informações, ou seja, as instituições que costumam repassar os acontecimentos aos jornais dificilmente estão localizados no meio rural. Assim, vários fatos que preencheriam os critérios de noticiabilidade sequer chegam ao conhecimento dos jornais pelo fato de estarem localizados em uma região onde não há informantes oficiais. Por outro lado, mesmo que a rede de informações detecte acontecimentos e eles cheguem ao conhecimento da redação do jornal, pelo próprio fato de se localizarem em regiões periféricas poderão não preencher o valor-notícia da proximidade e importância econômica da região, fazendo com que, mais uma vez, não seja noticiado.

Porém, considerando que o estado do Rio Grande do Sul possui um setor agrícola bastante importante em relação a outras regiões do país, o jornal possui um caderno específico dedicado ao setor rural, chamado Campo e Lavoura. Nesse caderno, entretanto, estão presentes temas relacionados à agricultura, ou seja, à questão agrícola, mas não à questão agrária.³

A questão agrária, especificamente, é muito pouco tematizada no jornal. Em todas as vezes em que apareceram notícias que, de acordo com a linha editorial deveria ser enquadrada como questão agrária, as mesmas se encontravam na editoria Geral. O interesse da topografia da notícia se deve ao enquadramento que o jornal dá ao tema. Ou seja, da editoria política à editoria polícia, uma gama de outras possibilidades de enquadramento se poderia fazer presente. A opção por uma seção, que na verdade poderia significar “outros”, ou seja, aqueles fatos difíceis de serem enquadrados, demonstra, de certa maneira, um caráter ambíguo que o jornal estabelece para a questão agrária.

Um outro aspecto interessante diz respeito ao enquadramento como “questão agrária” apenas de fatos relacionados a conflitos por terra e a ações de movimentos sociais que questionam a sua concentração. É o caso, principalmente, de ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

³ A diferença entre questão agrícola e questão agrária é de que a primeira diz respeito a “aspectos ligados às mudanças na *produção em si mesma*: o que se produz, onde se produz, o quanto se produz”. Já a segunda “está ligada às transformações nas *relações de produção*: como se produz, de que forma se produz” (SILVA, 1990, p. 11). Mais minuciosamente, a questão agrária traz problemas relacionados à “[...] concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; à luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra; à violência extrema contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e à cidade, à qualidade de vida e dignidade humana” (FERNANDES, 2007, sp.).



(MST)⁴, um dos atores preponderantes nessas notícias. Esse enquadramento é realizado através do chapéu “questão agrária”, localizado acima do título da matéria jornalística.

b) Atores x fontes

São considerados atores das notícias aquelas pessoas, grupos ou instituições que praticam as ações reportadas. Nas notícias analisadas são atores, predominantemente, o MST e os proprietários rurais organizados, nas diferentes regiões do Estado. Atores secundários são a Polícia Militar do estado, além de um juiz e um técnico do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra).

Na análise dos atores, diversos aspectos devem ser considerados. A primeira é a distinção entre ator e fonte. Fontes são todos os materiais, informantes, etc. utilizados pelo jornalista para montar a notícia. Assim, o praticante de um ato noticiado pode muitas vezes ser fonte da notícia. Na verdade, é o que costumam exigir os manuais de jornalismo, ou seja, ir direto à fonte principal. Entretanto, muitas vezes também o mesmo pode ser tido como um objeto a ser analisado através de outras fontes e é aí que reside o aspecto mais interessante das notícias analisadas.

Apesar de o MST ser apontado como ator em todas as notícias, o mesmo aparece como fonte, através de seus porta-vozes, em cerca de apenas 20% das mesmas. Por outro lado, em todas as oportunidades em que os proprietários rurais, organizados, aparecem como atores, eles são, concomitantemente, fontes das notícias. Da mesma forma, quando aparecem as ações da Polícia Militar sua voz está sempre presente.

As fontes das notícias sobre a questão agrária nas edições analisadas são preponderantemente as mesmas sobre as quais a matéria trata. Quando se trata, por exemplo, de notícia sobre uma marcha, ou outra forma de protesto, em nenhuma oportunidade são entrevistadas pessoas que vivem nas localidades onde os mesmos ocorrem, ou integrantes do movimento que não os seus porta-vozes. Daí, o problema da representação que se faz entre quem faz parte da comunidade e compõe o “nós”, e quem não faz parte, vem de fora, “os outros”.

O pertencimento dos sem-terra à categoria dos “outros” e de suas ações serem contra “nós”, ou seja, a integração da categoria dos proprietários de terras ociosas como sendo a comunidade, e os sem-terra como “extra-comunitários” fica bastante evidente na manchete: “Estado é alvo de onda de invasões”. Os protestos realizados na forma de ocupações de terras e marchas são evidentemente contra o status quo da concentração da terra, entretanto, o alvo das invasões não é o Estado. Afinal, o

⁴ O MST é um movimento social criado em 1984 e organizado nacionalmente durante a década de 1990 com o intuito de provocar o poder político no sentido de realizar a reforma agrária. Pelo fato de as necessidades das populações excluídas do campo não serem atendidas, o movimento procura realizar atos para chamar a atenção da opinião pública de forma a retirarem da invisibilidade o problema da concentração da terra. Para tanto, diversas estratégias são utilizadas em seus protestos, sendo mais famosas as ocupações de latifúndios improdutivos. Além das ocupações, onde milhares de famílias sobrevivem por vezes por longos períodos até que as negociações levem à conquista da terra ou à sua expulsão, frequentemente por meios violentos, também realizam a ocupação de prédios públicos, marchas regionais e nacionais e o bloqueio de estradas. Resta ainda destacar que o MST costuma ser identificado como um sucedâneo de outros pequenos grupos de luta que surgiram a partir da década de 1950, as Ligas Camponesas, fortemente apoiadas pela Igreja católica e abafadas durante o período da ditadura militar (FERNANDES, 2000; GÖRGEN; STÉDILE, 1993; MEDEIROS, 1989).



que é o Estado? Com quem o leitor deve se identificar, com o Estado, que é vítima de invasores, ou com os próprios invasores? A partir disso, é possível detectar claramente a opção pela noção de que há consenso, ordem e paz no meio rural, a qual é ameaçada a cada ação do MST, ainda que essa ação se resuma a uma caminhada.

Ou seja, na medida em que a voz dos proprietários rurais é sobrerrepresentada em relação à voz dos trabalhadores sem-terra, é a sua leitura da situação que prepondera, fazendo com que as próprias reivindicações dos protestos sejam completamente ignoradas. Isso corrobora com o texto de Van Dijk, na afirmação de que

[...] geralmente os protagonistas das notícias são os que ostentam o poder, são citados mais comumente, aparecem com maior frequência nos titulares e suas declarações se apresentam e se encontram normalmente com mais credibilidade. O contrário acontece com os menos poderosos. Suas experiências, suas versões de um fato em particular, sua ideologia oposta e sua credibilidade tendem a ser menos proeminentes, e a marginalizá-los, ou, simplesmente, ignorá-los (VAN DIJK, 1997, p. 58-59).

A opção de usar os proprietários rurais e policiais como principais fontes das notícias resultou no seguinte dado: das 58 notícias veiculadas sobre o tema da questão agrária, todas diziam respeito aos conflitos por terra, e em 23 estavam contidas expressões como monitoramento, vigilância, tensão e insegurança. As matérias “Tensão volta a rondar São Gabriel”⁵ e “Na região, o clima é de tensão”⁶ são dois exemplos nos quais os sentimentos dos proprietários rurais são transferidos para a cidade e a região, como se todos os seus habitantes os compartilhassem, chegando então à noticiabilidade do controle dos sem-terra estabelecido pelos próprios proprietários rurais.

Da mesma maneira, as matérias que enfatizam o controle policial, e obviamente têm a polícia militar como principal fonte, passam pelos mesmos sentimentos expostos pelos proprietários rurais, como na seguinte citação indireta: “Segundo a BM, o temor era de que os sem-terra pudessem atacar os trabalhadores durante a colheita”.⁷

Apesar de as matérias terem sido motivadas efetivamente por alguma ação levada a cabo pelo MST, o fato de a polícia militar e os proprietários rurais serem as principais fontes das notícias sobre a questão agrária os converteu também em principais atores. Na medida em que o controle sobre os atos do MST passaram a ser o principal enfoque das notícias, este movimento se viu sufocado, não sendo mais o sujeito, mas sim o objeto em relação ao qual os verdadeiros sujeitos agiram. Observe-se que esses exemplos estão distribuídos em todos os meses do período analisado. Assim, apesar de dizerem respeito a situações diferentes, o ângulo analisado permanece o mesmo. Sendo assim, os riscos de ações do MST perante os proprietários ou perante a segurança pública estiveram muito mais presentes do que a própria cobertura desses protestos, bem como de suas motivações e contexto.

c) Ações

⁵ TENSÃO volta a rondar São Gabriel. **Zero Hora**, Geral, 15 jan. 2007, p. 25.

⁶ INCRA vistoria estância em São Gabriel. **Zero Hora**, Geral, 17 jan. 2007, p. 26. Grifou-se.

⁷ VIGILIA em colheita desloca 80 PMs. **Zero Hora**, Geral, 10 abr. 2007, p. 34. Grifou-se.



Apesar de quase todas as notícias terem como ponto de partida alguma ação do MST, seja uma marcha, seja uma ocupação de terra, elas não são o seu centro. Tendo em vista a escolha das fontes principais entre os proprietários de terra e policiais militares, é das suas (re)ações que as notícias se ocupam. Isso é facilmente percebido, por exemplo, nas fotografias de três reportagens: dia 15/11, um fazendeiro com um cavalo apontando os binóculos na direção dos sem-terra; dia 18/04, policial militar no interior de um helicóptero monitorando ações dos sem-terra; dia 10/04, patrulha de choque da Polícia Militar vigiando um acampamento dos sem-terra durante a colheita na Fazenda Coqueiros.

É possível observar, então, que normalmente os protestos por si próprios não acarretam notícias.⁸ É necessário que haja um verdadeiro confronto, observar a palavra de quem seriam as “vítimas” dessas ações, e os responsáveis por reintegrar a ordem. Se o protesto isoladamente não é noticiável, duas são as situações em que os critérios de noticiabilidade estão presentes: a) quando os proprietários rurais e/ou a polícia valorizam o protesto no sentido de montar estruturas de controle e defesa, mesmo que não ocorram as ações de violência de grupo ou individual esperados; b) quando o conflito direto efetivamente ocorre, resultando em pessoas feridas.

Assim, a ação que passa a ser sublinhada não é a dos protestos do MST, mas sim a das estratégias de controle montadas para re-agirem aos mesmos, o que pode ser notado nos títulos “Produtores rurais *monitoram* MST”⁹ e “Produtores rurais reagem às marchas”¹⁰. As vozes indiretas também demonstram a mesma preocupação, como no seguinte trecho “O Presidente da comissão fundiária da federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), Gedeão Pereira, diz que a entidade começou a *monitorar* as porteiras de cada grande fazenda”.¹¹ E, na voz direta: – Infelizmente, *o clima é de insegurança total*.¹² A parte da notícia que trata propriamente sobre as ações dos sem-terra vem introduzida pelo trecho “*Sob a vigilância* de produtores rurais [...]”.¹³

Partindo do clima exposto pelo jornal a partir de vozes oficiais, as ações para combatê-lo é que são efetivamente importantes. Nesse aspecto, como exemplo, veja-se os textos, no mês de novembro: “Preocupado com a movimentação dos sem-terra, os ruralistas da região se organizaram em um grupo de 60 pessoas, que se reveza na vigília¹⁴; e, depois, no mês de dezembro: “[...] cerca de 300 ruralistas da região montaram, ontem, *cinco pontos de observação* nas margens da rodovia, perto do

⁸ A exceção é a reportagem do dia 12 de abril, em que é noticiada uma “onda de invasões” no estado do Rio Grande do Sul, além da dedicação de uma página para a explicação sobre qual seria a nova cara do MST. Observe-se, entretanto, que tal reportagem foi pautada principalmente em função de que em todos os anos no mês de abril ocorrem vários protestos para marcar o aniversário de um massacre ocorrido no ano de 1997 no dia 17 de abril, no qual vários sem-terra foram assassinados pela polícia. Assim, o tema das ocupações de terras e protestos nesse mês é um evento já pré-agendado, o que explica o espaço destinado no dia que se seguiu à publicação pelo MST da programação do “abril vermelho” de 2007.

⁹ TENSÃO volta a rondar São Gabriel. **Zero Hora**, Geral, 15 jan. 2007, p. 25. Grifou-se.

¹⁰ PRODUTORES rurais reagem às marchas. **Zero Hora**, Geral, 14 nov. 2006, p. 38. Grifou-se.

¹¹ *ibid.* Grifou-se.

¹² *ibid.* Grifou-se.

¹³ MST se aproxima de área em Eldorado. **Zero Hora**, Geral, 16 nov. 2006, p. 27. Grifou-se.

¹⁴ *ibid.* Grifou-se.



Em outras situações, a Brigada Militar aparece como responsável pela vigilância, de tal maneira que ambos os atores se identificam como pólos contrários aos atos do MST. É interessante notar o caso de São Gabriel, no qual as notícias de novembro e dezembro reiteram o controle por parte dos ruralistas e a partir do mês de janeiro, especificamente do dia 17 de janeiro, os mesmos passam o bastão à polícia militar: “*Policiamento é reforçado em São Gabriel*”. Após dois meses de insegurança relatada pelo jornal, a polícia tornou-se legitimada a intervir, segundo a notícia, do dia 18: “A Brigada Militar (BM) de São Gabriel montou ontem um posto fixo perto do acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), a cerca de um quilômetro da Fazenda Southalll, no interior do Município”.¹⁶

O título “Acampamento sob *vigilância permanente*” vem demonstrar que quando o controle por parte dos ruralistas sai um pouco de cena, a vigilância empreendida pela polícia passa a ser a ação sublinhada na maior parte das notícias, subjazendo, novamente, as ações do MST. Muito simbólica é a reaparição dos binóculos direcionados ao grupo do MST, que havia aparecido nas mãos de ruralistas em novembro na região de São Gabriel e que agora surgem no mês de fevereiro na ação de vigilância policial em Coqueiros do Sul: “*Binóculos assestados sob chapéus de abas largas, policiais do 3º Regimento de Polícia Montada de Passo Fundo passaram a manhã de ontem vigiando dois acampamentos de sem-terra erguidos junto à Fazenda Coqueiros, em Coqueiros do Sul*”.¹⁷

No mês de abril, os binóculos dão lugar a outro instrumento de vigilância: “BM usa avião para *avaliar sem-terra*”¹⁸ é o título da notícia desencadeada em função da chegada de mais famílias, no mês de fevereiro, a um acampamento do MST montado em uma fração de terra arrendada pelo movimento. A matéria traz a voz direta do comandante da Brigada Militar Coronel Mendes, dizendo “não vai ser nada fácil”, se referindo a uma possível ocupação da Fazenda Coqueiros por essas famílias.

A notícia de 18 de abril de 2007 foi particularmente interessante nesse sentido. Esse dia se seguiu ao aniversário de onze anos do massacre de Eldorado dos Carajás, o qual costuma ser marcado por muitos protestos em todo o país. E as manifestações foram noticiadas, em um quadro sumário na parte inferior da página. Porém, a notícia propriamente dita intitulou-se “Abril vermelho visto do céu”, ocupando-se quase exclusivamente da vigilância empreendida pela BM a partir de aviões e reforços em terra. O local onde o jornalista foi buscar as informações sobre os protestos do MST foi extremamente simbólico: ao invés de andar em meio àqueles que reivindicavam, optou por vê-los de dentro do helicóptero da polícia, e escolheu destacar como principal sujeito, o tenente-coronel Paulo Stocker, reduzindo os protestos ao objeto de preocupação “de toda a terça-feira do comandante do

¹⁵ VISTORIA mobiliza fazendeiros e sem-terra. **Zero Hora**, Geral, 05 dez. 2006, p. 32. Grifou-se.

¹⁶ POLICIAMENTO é reforçado em São Gabriel. **Zero Hora**, Geral, 18 jan. 2007, p. 36. Grifou-se.

¹⁷ ACAMPAMENTO sob vigilância permanente. **Zero Hora**, Geral, 21 fev. 2007, p. 30. Grifou-se.

¹⁸ BM usa avião para avaliar sem-terra. **Zero Hora**, Geral, 22 fev. 2007, p. 32. Grifou-se.



Grupamento Militar Aéreo”. O relato explica, então que “Do alto [...] o oficial *monitorou* a mobilização dos sem-terra”, “Além de helicópteros, as principais entradas terrestres de Porto Alegre tiveram *reforço policial*” e termina com a citação direta da voz do tenente-coronel: “- Realmente, a gente esperava um dia mais difícil, mas tudo correu bem”.¹⁹

Diante da análise acerca das fontes e atores preponderantes, além das ações sublinhadas, fica claro que a necessidade de controle se deve a uma percepção consensual a respeito da questão da propriedade e de as ações do MST serem rupturas dessa ordem. Sobressai-se, assim, a noção de rompimento da paz e de início do conflito, o qual deve ser abafado para que a ordem natural seja restituída à comunidade.

A percepção de que a paz prevalecia antes da luta dos sem terra fica expressa em todas as notícias. Isso porque a própria ideia de “tensão”, “temor”, por parte dos ruralistas representa uma quebra em uma ordem natural. Essa ordem natural, lida de uma maneira literal, pode ser verificada, por exemplo, no depoimento do Presidente do Sindicato Rural de Rosário do Sul: “- Bem na hora que vamos começar a plantar temos de parar tudo por causa disso”.²⁰

Da mesma forma, o depoimento do presidente do Sindicato Rural de Guaíba, Eldorado e Charqueadas, exposto no seguinte trecho: “- Infelizmente, o clima é de insegurança total. Estamos em época de plantio (*de arroz*) e não queremos conflitos nem vamos provocá-los. Só queremos proteger nosso patrimônio e zelar pela integridade dos nossos funcionários”.²¹ Quer dizer, existe uma ordem natural das coisas. Na primavera, deve-se plantar o arroz, depois, deve-se colhê-lo, e nessa ordem natural e pacífica, não cabem marchas e ocupações de terras.

Se existe uma paz inicial, violada pelas manifestações do MST, contra as quais os ruralistas reagem, ficam claros dois pólos opostos se enfrentando. Para definir quem é amigo e quem é inimigo, basta verificar quem vigia e quem é vigiado no discurso do jornal. Reduz-se a conflitualidade ao momento específico do conflito. Porém, em uma sociedade punitiva, sabe-se que, em qualquer conflito, é necessário e seguro que todos saibam definir adequadamente quem é culpado e quem é inocente. Não interessa a adoção de uma perspectiva mais contextual, histórica e complexa, mas sim a simplificação. Essa simplificação leva à tentativa de individualização do conflito: transforma-se um problema estrutural em um conflito eminentemente transpessoal. A partir disso, outro aspecto entra em jogo: o da criminalização do movimento.

Normalmente a definição de crime e de criminoso nas páginas do jornal costuma ocorrer a partir dos estereótipos, ou seja, crime é preponderantemente o crime violento e de rua; criminoso é homem, jovem, no Brasil é pobre e ainda negro (BUSTOS RAMÍREZ, 1983; ANDRADE, 2003; BARATTA, 2002). Entretanto, dificilmente se logra enquadrar nesses conceitos os atos dos sem-terra.

¹⁹ ABRIL vermelho visto do céu. **Zero Hora**, Geral, 18 abr. 2007, p. 32. Grifou-se.

²⁰ MARCHA do MST é monitorada por ruralistas. **Zero Hora**, Geral, 15 nov. 2006, p. 31.

²¹ MST se aproxima de área em Eldorado. **Zero Hora**, Geral, 16 nov. 2006, p. 27. Grifou-se.



Em primeiro lugar, trata-se de ações coletivas; em segundo lugar, praticado por pessoas de todas as idades, idosos, adultos, jovens, crianças, bebês; as suas ações não estão, em geral, dentro da definição de criminalidade de rua.

Porém, os sem-terra entram sim no conceito de “perturbadores da ordem” e isso costuma ser pautado como criminalidade quando provém de movimentos coletivos organizados. O principal crime que costuma ser atribuído ao MST é o da sua principal forma de protesto: as ocupações de terra. Uma das principais maneiras de transformar as ocupações em fatos criminosos é a partir da própria linguagem, da escolha do termo “invasão” para designá-las. Tal terminologia parte principalmente das fontes, e delas são assumidas pelo jornal. Normalmente nesses casos os agentes do sistema penal são os principais atores e fontes das notícias, como no caso da seguinte: “*Termina invasão em São Borja* [...] Todos os sem-terra foram *revistados e identificados* pelos policiais. Conforme a Brigada Militar, não houve feridos durante a operação”.²²

A escolha ideológica desse termo diz respeito à concepção de que tal ato se trata de um esbulho possessório. Na opinião de Indursky, a designação *invasão*, e seu correlato verbal, *invadir*, é atravessada, “desde o interdiscurso, pelo discurso jurídico e sinaliza uma posição-sujeito *legalista*, que produz, neste processo de nomeação, o efeito de sentido de *violação da propriedade privada*, com base no direito de propriedade, *inscrito na Constituição*” (INDURSKY, 2004, p. 137). Consequência disso é a percepção de que se está diante de um ato ilegal, de uma violência contra os proprietários, sendo que a imprensa “escreve a partir do mesmo lugar social em que se inscrevem os proprietários, com eles se identificando”.

Como visto, apesar de o jornal, na mesma esteira de ruralistas e policiais, conceber o ato de invadir terras como um ato criminoso, não se trata de um crime comum. Caso fosse, a notícia provavelmente estaria localizada na seção “polícia” e não na seção “geral”. Ou seja, o jornal reconhece que existe uma questão política e social de fundo no caso das ocupações de terras, que distingue o seu caráter em relação a atos criminosos comuns.

Dessa forma, é interessante a maneira como em algumas reportagens se consegue destacar outras características ligadas a esta criminalidade. Diferentemente do criminoso comum, o integrante do MST é como um soldado de um exército, que obedece a ordens de um superior para agir. Esses superiores também não são identificados com o perfil do criminoso. Porém, possuem muito do que se poderia chamar criminoso político. Isso porque, quando se quer efetivamente tratar de demonizar discursivamente os sem terra, busca-se deixar claro que suas motivações são ideológicas. Que se tem em mente, com essa atuação, romper com o Estado de direito vivido na atualidade para, sob o socialismo, poder distribuir as terras que hoje pertencem a poucos. É o que ocorre em uma reportagem especial publicada no dia 25 de fevereiro, de título geral “A MSTlândia”.

²² TERMINA invasão em São Borja. **Zero Hora**, Geral, 17 nov. 2006, p. 59. Grifou-se.



Essa reportagem deve ser analisada mais detidamente pelo destaque conferido aos sem terra.

Provavelmente por se tratar de um gênero jornalístico mais aprofundado do que as notícias, destoou também no que se refere à forma de análise. De fato, as reportagens devem ser normalmente mais aprofundadas, operar segundo a dedução, ter uma visão interpretativa e trazer pautas complexas. Entretanto, apesar de a pauta complexa ter sido escolhida, a abordagem interpretativa se deu em um sentido irônico e preconceituoso, buscando o interesse político-econômico para as ações do MST em uma das regiões onde os protestos estavam sendo realizados, Coqueiros do Sul. Além disso, é o texto em que mais se percebe a tendência criminalizadora e redutora no que concerne à reforma agrária.

Em primeiro lugar, porque busca deslegitimar a luta do MST, como no seguinte trecho: “Uma das recordistas em produção agrícola no Estado, a região, chamada Planalto Médio, vive uma *disputa crescente e violenta pela posse da terra*”.²³ Deslegitimar por afirmar que a fazenda é produtiva, e que, os atos do MST são violentos. Em segundo lugar, por relacionar as lutas com atos criminosos, como no trecho: “Em cinco anos, o enclave de sem-terra no Planalto Médio registrou 20 *invasões* de terra e cem delitos relacionados à disputa agrária. A *Polícia federal* investiga a possível presença de estrangeiros nas ocorrências”.²⁴ Também, a criminalização foi mais longe, buscando em ocorrências policiais os números objetivos necessários para demonstrar a criminalidade ligada ao MST, ainda que não fundada em sentenças: “Zero Hora fez uma pesquisa e constatou que essa linha de frente, que compreende ainda os municípios de Sarandi, Almirante Tamandaré, vivenciou entre os anos 2001 e 2006, *mais de cem ocorrências policiais registradas em fazendas*”.²⁵

A perspectiva claramente ideológica com a qual tal reportagem trata o MST é percebida em trechos que são completamente destituídos das características das notícias relacionadas ao profissionalismo e a credibilidade. O seguinte trecho parte de deduções realizadas pelo jornalista, a partir de seus próprios preconceitos: “Félix Guerra, dono da Fazenda Coqueiros, foi transformado em desafeto preferencial do MST também por motivos ideológico-sentimentais. Ele é o último grande proprietário na região que foi berço do movimento dos sem-terra [...] Sem a presença de sua fazenda, ficaria consolidado o projeto de uma MSTlândia de matizes socialistas, encravada entre as duas principais estradas da região, a BR-386 e a RS-324”.²⁶ Ao encontrar motivos sentimentais-ideológicos nas sucessivas “invasões” da Fazenda Coqueiros, destaca-se que não é apenas a reforma agrária, prevista constitucionalmente, que está nos objetivos do movimento. Mas sim, um projeto de construção de uma sociedade socialista.

Discutir a questão agrária não é o objeto da matéria, o que fica claro desde o início. A palavra “violenta” é utilizada exclusivamente para qualificar a disputa por terra na região, ocultando, portanto,

²³ O ENCLAVE do MST. **Zero Hora**, Reportagem especial, 25 fev. 2007, p. 04. Grifou-se.

²⁴ A MSTlândia. **Zero Hora**, capa, 25 fev. 2007, p. 01. Grifou-se.

²⁵ O PROJETO é fazer uma MSTlândia. **Zero Hora**, Reportagem especial, 25 fev. 2007, p. 05.

²⁶ *ibid.*



a situação que leva propriamente os sem terra a ingressarem nessa disputa. Ou melhor, investiga-se essa motivação, mas através de um filtro que apenas permite visualizar a existência de um interesse ideológico e não a relação disso com a sobrevivência humana.

Assim, após meses legitimando a necessidade de vigilância das ações dos sem terra, a reportagem vem mostrar exatamente por quais motivos o MST deve ser delimitado como um inimigo. A existência de objetivos escusos nas ocupações e marchas é ressaltada, sendo que um dos objetos de análise do jornal é um documento da Brigada Militar que afirma a finalidade dos atos criminosos que integrantes do MST teriam cometido na região: “Acuar Guerra, portanto, é questão de honra para os sem-terra, alerta um documento preparado pelo serviço reservado da brigada Militar e anexado a processo judicial criminal sobre delitos ocorridos em fazendas, que tramita em Carazinho”.²⁷ A utilização de um documento de um agente do sistema penal como principal fonte da reportagem leva, mais uma vez, à delimitação do objeto da vigilância, do controle e, agora, mais do que isso, da repressão penal.

Se os atos criminosos que teriam praticado os sem-terra na região têm única e exclusivamente o objetivo de acuar o proprietário da fazenda, nota-se que, mais uma vez, não se tratam de crimes comuns. Tudo indica que se tratam, isso sim, de motivações político-ideológicas que vitimizam vários outros proprietários da região, conforme dito pelo jornal. Relacionar numericamente ocorrências policiais tem o intuito justamente de ilustrar o significado da existência de um acampamento do MST na região de Coqueiros do Sul. “São 20 invasões de propriedades rurais, 18 registros de furto e abate ilegal de gado, 12 incêndios de lavouras, além de 70 atos de depredação de propriedades rurais, o que inclui corte de árvores e destruição de veículos usados na lavoura. *Em quase todos os casos, testemunhas e vítimas ouvidas nos inquéritos policiais apontam militantes do movimento dos sem-terra como autores*”.²⁸

Na verdade, essa reportagem trouxe dois principais elementos que destoam das notícias até então publicadas. O primeiro é que aponta uma estreita relação entre os sem-terra e uma criminalidade comum, caracterizada principalmente por depredações, saques, e abate de animais. Mas, além de construir a noção de que os integrantes do MST são criminosos comuns, demonstram outras motivações escusas. E aí entra o segundo elemento: o objetivo principal das ações do MST é o de construção de uma sociedade socialista, e não de sobrevivência ou de busca pela efetivação de um direito constitucionalmente garantido. Nesse sentido ideológico, o inimigo interno adquire características cada vez mais próximas daquele utilizado para fomentar a propagação da ideologia da segurança nacional a partir da década de sessenta.

A construção dos protestos como criminalidade leva à legitimação das reações do sistema

²⁷ O ENCLAVE do MST. **Zero Hora**, Reportagem especial, 25 fev. 2007, p. 5.

²⁸ *ibid.*



penal, ainda que violentas. São dois os casos em que esses conflitos foram relatados no período analisado. A atuação mais violenta da Brigada Militar, no sentido de violência física, foi a relatada no dia 13 de abril, onde o título da notícia foi “Sem terra leva tiro em confronto com a Brigada”.²⁹

Apesar de o título da matéria ser voltada ao fato de um sem-terra ter levado um tiro, toda a notícia relata que os sem-terra também estariam armados, expondo a ideia de que eles próprios poderiam ter acertado o companheiro. O jornal busca deixar claro que a atuação da Brigada foi de defesa contra a entrada dos sem terra na Fazenda Coqueiros. Além disso, que “houve disparos de sem-terra e de policiais militares”. Porém, depois de revistá-los, a polícia encontrou apenas as foices e facões, ou seja, os seus instrumentos de trabalho, constando uma citação direta “- *Apreendemos 300 foices e facões, um manifestante foragido e outros três que haviam cometido furto*”.³⁰ Questionamentos quanto à legitimidade de uma operação que apreende instrumentos de trabalho a pretexto de buscar armas de fogo não apareceram. A notícia ainda ressalta a prisão de três sem terra de madrugada, por serem foragidos. Novamente as fontes que aparecem são as oficiais, destacando-se a Brigada Militar como voz direta na matéria.

Dessa maneira, no momento em que as notícias trazem esse discurso, os líderes e integrantes do MST são despidos de sua roupagem de camponeses, com toda a sua significação, para assumirem a personalidade de inimigos do Estado e, é claro, de todos os que defendem a propriedade privada como um princípio absoluto. Tornam-se passíveis de vigilância e temor, e, portanto, de um maior controle social e penal.

3 Conflitos no campo e segurança

A generalização do discurso do medo, insegurança, tensão e vigilância em relação aos sem-terra faz parte de um contexto social em que a noção de segurança se reduziu à segurança pública. Deixando de lado a ideia de segurança dos direitos, essa redução proporcionou uma série de políticas de controle e repressão penal, e, simultaneamente, de abandono de políticas sociais.

Entretanto, ainda que se busque analisar o caso da questão agrária segundo o enfoque da segurança individual, se forem analisadas contextualmente a situação de vida de todos os trabalhadores rurais sem terra – pessoas que não têm qualquer propriedade, trabalho ou renda – e dos ruralistas – proprietários, com rendas por vezes altíssimas, empregados e poder, em qual dos pólos figura a insegurança? Quando protestam, são os sem-terra que estão em uma situação de vulnerabilidade e de exposição, e não os proprietários rurais. Entretanto, a difusão do discurso da insegurança por parte dos proprietários rurais é o que posteriormente vem a legitimar a atuação do sistema penal nos conflitos agrários.

Sendo reconhecidamente míope, por consagrar a ideia de violência resumida à violência

²⁹ SEM terra leva tiro em confronto com a Brigada. **Zero Hora**, Geral, 13 abr. 2007, p. 48.

³⁰ *ibid.* Grifou-se.



individual, o sistema penal necessita, para o bem de controlar socialmente os pobres, individualizar suas condutas. E como se individualizam atos cometidos com objetivos políticos claros de pressão social diante do descumprimento da Constituição Federal e das leis? A resposta é fácil e vem sendo diariamente instrumentalizada: através de sua despolitização. A utilização do paradigma bélico passa a ser uma forma de demarcação do inimigo interno. A partir daí “a problemática agrária é, no mesmo movimento despolitizada e policizada (ou militarizada). No trajeto da exclusão social à criminalização penal, duplica-se a violência, assim como duplica-se a imunização” (ANDRADE, 1998, p. 346).

Com essa perspectiva ocorre o ocultamento das demais formas de violência, em especial das violências estrutural e institucional. O medo e a sensação de insegurança passam a se dirigir, diante disso, a algumas pessoas, e o discurso periculosista acaba legitimando políticas de repressão, de lei e ordem, de redução de direitos humanos. “A este tipo particularmente perverso de busca por legitimar a injustiça nas relações sociais, à repressão violenta da demanda de justiça, pertence o uso público da doutrina de ‘segurança nacional’ e da pena legal e extralegal como guerra ao ‘inimigo interno’” (ANDRADE, 1998, p. 346).

Porém, mais importante é analisar qual função está sendo cumprida pelo sistema penal ao atuar sobre os excluídos descontentes. Ao conseguirem impor ao sistema a impunidade às próprias ações criminais, os grupos poderosos da sociedade determinam a perseguição punitiva às infrações praticadas pela parcela mais frágil da população, reproduzindo-se as desigualdades sociais existentes. “A imunidade e a criminalização são concretizadas, geralmente pelos sistemas punitivos segundo a lógica das desigualdades nas relações de propriedade e de poder” (BARATTA, 2004, p. 352).

Além de a clientela do sistema penal ser constituída de pobres e excluídos em geral, as pessoas que reivindicam mudanças do *status quo* são frequentemente identificadas como criminosas.

A impunidade dos crimes mais graves é cada vez mais elevada à medida em que cresce a violência estrutural e a prepotência das minorias privilegiadas que pretendem satisfazer as suas necessidades em detrimento das necessidades dos demais e reprimir com violência física as exigências de progresso e justiça, assim como as pessoas, os grupos sociais e movimentos que são seus intérpretes (BARATTA, 2004, p. 352).

A lógica de funcionamento do sistema penal é, portanto, de “ao mesmo tempo em que criminaliza os socialmente excluídos, imuniza-se as estruturas, o Estado e suas instituições, bem como os latifundiários e sua constelação protetora” (ANDRADE, 1998, p. 344). A impunidade em relação às mortes de camponeses no campo é um exemplo dessa imunidade. Entre 1985 e 2003, diante de 1349 vítimas de conflitos no campo em todo o país, apenas 64 executores e 15 mandantes foram condenados, segundo dados da CPT. Dos 1004 crimes ocorridos no período, 75 foram a julgamento, ou seja, 7,5% (MST, 2006).

A construção social da questão agrária pelo jornal Zero Hora no período analisado partiu, portanto, da mesma pauta que o poder agrário e o sistema penal sugeririam: a ótica da perturbação da ordem, da necessidade de controle e, se necessário, de repressão aos sem terra. O discurso excludente vem subjacente nas decisões tomadas pelo jornalista no momento da construção da notícia,



corroborando com a ideia geral de que os excluídos são ameaçadores, e, no intuito de proteger os interesses de uma parcela da população, retira-se ao máximo os direitos da outra. “As pessoas vulneráveis e sem nenhum poder social que sofrem lesões de seus direitos econômicos e sociais [...], por parte do Estado ou da sociedade, se convertem de tal modo em potenciais agressores dos direitos fortes (integridade, direito de propriedade) dos sujeitos socialmente mais protegidos” (BARATTA, 2000, p. 32). E a partir do discurso, reproduz-se a mesma relação de poder e dominação reinante por séculos na história do Brasil.

Referências

- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A construção social dos conflitos agrários como criminalidade. In : VARELLA, Marcelo Dias (org.). **Revoluções no campo jurídico**. p. 327-354. Joinville: OFICINA, 1998.
- _____. **A ilusão de segurança jurídica**. Do controle da violência à violência do controle penal. 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.
- BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002.
- _____. Derechos humanos: entre violencia estructural y violencia penal. Por la pacificación de los conflictos violentos. In: ELBERT, Carlos Alberto. **Criminología y sistema penal**: Compilación in memoriam. p. 334-356. Montevideo/Buenos Aires: B de F, 2004.
- _____. La política criminal y el derecho penal de la constitución: Nuevas reflexiones sobre el modelo integrado de las ciencias penales. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, ano 8, n. 29, p. 27-52, janeiro-março 2000.
- BUDÓ, Marília Denardin. **Da construção social da criminalidade à legitimação da violência estrutural**: os conflitos agrários no jornal, RS. 2008. 251f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- BUSTOS RAMÍREZ, Juan. Los medios de comunicación de masas. In: BERGALLI, R. *et. al.* (orgs.). **El pensamiento criminológico II**: Estado y control. p. 50-62. Bogotá: Temis, 1983.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. A questão agrária no limiar do século XXI. **Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**. Disponível em: <http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Arq_publicacoes/a%20questao%20agraria.exe> Acesso em: 20 ago. 2007. sp.
- GOMIS, Lorenzo. **Teoría del periodismo**: Cómo se forma el presente. Barcelona/Buenos Aires/México: Paidós, 1997.
- GÖRGEN, Frei Sérgio; STÉDILE, João Pedro. **A luta pela terra**. São Paulo: Scritta, 1993.
- HALL, Stuart *et. al.*. The social production of news: mugging in the media. In: COHEN, Stanley; YOUNG, Jock. **The manufacture or news**: Deviance, social problems & mass media. p. 335-367. London: SAGE, 1981.
- HERMAN, Edward S. A diversidade da notícia: marginalizando a oposição. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. p. 214-223. Lisboa: Veja, 1993.
- INDURSKY, Freda. O MST e o discurso da subsistência na imprensa brasileira. **Verso e Reverso**: revista da Comunicação, ano XVII, n. 37, jul./dez. 2004, p. 133-146.
- MEDEIROS, Leonilde de Sérvo. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Brasil julga só 7,5% dos crimes no campo**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/setores/dhumanos/violacoes/violacao.htm>> Acesso em: 15 mar. 2006.
- PONTE, Cristina. **Leituras das notícias**: contributos para uma análise do discurso jornalístico. Lisboa: Horizonte, 2004.
- SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. v. II. Florianópolis: Insular, 2005.
- TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia**. Estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona: G. Gili., 1983.
- VAN DIJK, Teun. **La noticia como discurso**. Comprensión, estructura y producción. Barcelona: Paidós, 1990.
- _____. **Racismo y análisis crítico de los medios**. Barcelona: Paidós, 1997.
- WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1994.